

Também lá não faltavam as carnes de ovelha, de cabra e de boi, e os cinegéticos coelho, veado e javali. Até o porco, apesar da interdição do *Corão*, já preludia na *madina* islâmica a larga utilização que o povo alentejano dele viria a fazer, ao longo da sua história.

Para variar e enriquecer a ementa de Mértola, as aves, os peixes e os moluscos não deixavam de fazer a sua aparição gastronómica. Quanto aos gostos mais «refinados», espécies marginais, como os ouriços, as rãs, as cobras, os lagartos e os texugos apareciam também para matar a fome e aumentar as variedades.

Reconheço, com Santiago Macias, que é ainda muito parcelar o conhecimento que nos é facultado pelo estudo de oito das dez habitações conhecidas do bairro da alcáçova de Mértola, com as respectivas ruas, adarves e sistemas de saneamento. Mas esta obra, graças à capacidade de interpretação do seu autor, constitui um grande passo para um melhor conhecimento desta e, por analogia, de outras cidades islâmicas. Fazemos votos que o dinamismo das escavações que estão a ser levadas a cabo em Mértola continue e que outros investigadores, com e como Santiago Macias, apresentem novos dados e novas interpretações do trabalho que lá realizam.

Joaquim Chorão Lavajo

*O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, sob a direcção de José Mattoso. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996. 239 p.

Sob este título apelativo, apresenta-nos José Mattoso um conjunto de textos sobre a temática da morte, resultantes do seu interesse antigo e continuado por ela, manifestado quer na sua própria produção (é autor de sete dos treze artigos publicados) quer nos seminários e projectos que dirigiu, e que são apresentados na Introdução.

Um dos aspectos mais interessantes da obra é o seu amplo espectro cronológico. Com efeito, a Idade Média referida no título vai do período paleocristão até ao início do século XVI, o que permite salientar as continuidades detectadas na forma de enterrar os mortos e de conceber a vida além-túmulo apesar da chegada de novas religiões à Península, mas também estabelecer e datar as diferenças que se vão impondo devido, num primeiro tempo, à propagação dessas religiões, e depois, à evolução dos seus princípios doutrinários. Por outro lado, a grande variedade de fontes utilizadas - inscrições funerárias, túmulos, textos doutrinários e litúrgicos, prescrições sinodais, testamentos e doações *pro anima*, crónicas, poesias trovadorescas, colectâneas de *exempla*, etc. - leva-nos a ouvir a voz e a aperceber-nos dos gestos, não apenas dos que pretendem ditar as normas reguladoras das relações entre os homens e Deus nas questões da salvação - e, ao mesmo tempo, impor-se a eles mesmos como intermediários necessários delas - mas ainda daqueles que interpretam e põem em prática esses ensinamentos à luz de vivências culturais e sociais diversificadas.

Assim, um primeiro conjunto de estudos - «Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola», de Cláudio Torres e Santiago Macias, «Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII», de Maria do Rosário Bastos e «Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI)», de

José Mattoso - mostra que, no período paleocristão e até mesmo no muçulmano, pelo menos nos seus momentos iniciais, sobreviveram crenças e práticas funerárias romanas. A morte continuou, por exemplo, a ser encarada como o início de uma longa e tormentosa viagem da alma; a preparação dos defuntos para essa viagem é que começou a alterar-se, sendo cada vez mais rara a deposição de moedas nas mãos ou na boca do cadáver (o óbolo destinado a Caronte), a introdução nos túmulos de um espólio destinado a ajudá-lo na travessia (lacrímários, recipientes para alimentos ou perfumes) e a realização de banquetes rituais (que, no entanto, os islâmicos continuaram a praticar, ao contrários dos cristãos).

Por outro lado, tanto os primeiros cristãos peninsulares como os muçulmanos continuaram a localizar as suas necrópoles, tal como os romanos, fora das povoações, ao longo dos principais caminhos, ocupando por vezes espaços e monumentos funerários anteriores. Foi o que sucedeu em Mértola, onde a necrópole do Rossio do Carmo revelou vestígios sobrepostos de ocupação destes três períodos. Se, porém, os romanos praticavam a incineração dos cadáveres, ela foi posteriormente substituída pela inumação, devido à crença cristã na ressurreição em espírito e em carne. Os cristãos também iniciaram a prática de procurar, para os túmulos dos finados, a proximidade de restos mortais de mártires e santos, sobre os quais se construíam basílicas; da mesma forma, o enterramento islâmico era realizado preferencialmente junto de *qubbas* ou *rawabit*, onde se encontravam sepultados santos e ascetas.

Permanecendo ainda no domínio das continuidades, é-nos dito que as mais antigas sepulturas islâmicas de Mértola apresentam, curiosamente, uma tipologia construtiva semelhante à das cristãs (fossa aberta na rocha e coberta com lage de pedra ou argamassada), e a sua orientação é intermédia entre o costume cristão (deposição do cadáver no sentido este-oeste) e o muçulmano (sul-norte), marcando como que um tempo de adaptação às novas práticas.

É em «O culto dos mortos no fim do século XI» que José Mattoso sugere algumas hipóteses explicativas da permanência das crenças e rituais funerários pagãos entre os cristãos dos primeiros séculos. Num período em que as guerras e violências eram contínuas e a ameaça da morte uma constante, a doutrina sobre o Além não estava ainda suficientemente estruturada, não evitando a angústia perante os últimos momentos e o recurso a práticas antigas, a que os especialistas do sagrado iam atribuindo novos sentidos. A organização do culto dos mortos pela ordem de Cluny e a definição do Purgatório pelos capitulares parisienses vieram, segundo este autor, responder a esta angústia e permitir dissipá-la, dando uma nova consistência ao mundo dos mortos e introduzindo uma comunicação permanente entre ele e o mundo dos vivos. Ao mesmo tempo, colocaram sob a alçada dos clérigos formas cultuais que até então lhes escapavam em parte, permitindo-lhes divulgar de forma mais eficaz as novas crenças e controlar a sua recepção.

Nessa divulgação, e no próprio desenvolvimento doutrinal sobre o Purgatório, tiveram grande importância os cistercienses, e em primeiro lugar a sua figura mais emblemática. Com efeito, a comparação efectuada por José Mattoso entre as práticas litúrgicas dos monges negros e brancos em torno dos defuntos, em «O culto dos mortos em Cister no tempo de S. Bernardo», revela da parte deles algumas inovações que vão no sentido de uma maior espiritualização desse culto e da redução do seu carácter ritualista, quase mágico, tão ao gosto da alta Idade Média.

Monges e sacerdotes foram, pois, os criadores e propagadores das novas crenças cujos reflexos se podem detectar nos actos de última vontade dos leigos. A análise minuciosa dessas escrituras efectuada por Isabel Castro Pina em «Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV», evidencia concepções de Deus, dos santos, da alma, da vida eterna, perfeitamente em consonância com a doutrina em vigor na época, o que não é de estranhar, atendendo à inspiração clerical das fórmulas utilizadas pelos notários. Também os rituais descritos por esta autora, e por Hermínia Vasconcelos Vilar em «Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV» - cortejo fúnebre, inumação, celebração de missas de sufrágio, etc. - se caracterizam pela sua coerência e por uma submissão perfeita à ortodoxia.

Contudo, se a Igreja conseguiu efectivamente acabar por impor aos fiéis cristãos um fundo comum de crenças e práticas mortuárias, eles continuaram a vivê-las diferentemente segundo a sua condição social ou o seu sexo. Hermínia Vilar mostra, por exemplo, que os mercadores, oficiais e artesãos, gentes das urbes, se preocupavam tremendamente com as suas exéquias e com as celebrações e sufrágios durante o primeiro ano; depois, limitavam-se a mandar celebrar aniversários nas igrejas onde se faziam enterrar. Em contrapartida, os nobres negligenciavam esses primeiros tempos e punham toda a ênfase na erecção de monumentos funerários e na fundação de capelas em mosteiros, para que a sua memória fosse eternamente conservada.

No mesmo sentido de uma divisão social do espaço funerário se pronuncia Adelaide Pereira Millan da Costa em «O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média», ao observar que, na sé do Porto, o cruzeiro era ocupado por túmulos de dignidades capitulares e das famílias mais poderosas da cidade, enquanto que o resto do templo servia de última morada aos simples cônegos e a casais de cidadãos e o claustro a beneficiados, vizinhos e suas mulheres; esta repartição era corroborada pelos sinais de distinção patentes nas sepulturas.

Um último conjunto de artigos mostra que a hierarquia eclesiástica não conseguiu fazer desaparecer totalmente as crenças e ritos antigos das práticas ligadas à morte entre os leigos, apesar de os ter remetido para o nível das «superstições». As manifestações ruidosas de dor que acompanhavam os enterros continuaram a ser regularmente condenadas, como mostra Maria do Rosário Bastos em «Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI», o que subentende a sua persistência entre a população comum. José Mattoso chega à mesma conclusão ao estudar «A morte dos reis na cronística pré-afonsina» e «O pranto fúnebre na poesia trovadoresca galego-portuguesa». De facto, o falecimento dos grandes - do soberano no primeiro caso, do senhor no segundo - trazia para a comunidade que deles dependia a ameaça da desintegração, da desordem. Era, por isso, necessário não só exorcisar esse medo através de demonstrações exageradas de luto e pesar, como também assegurar, por cerimónias igualmente impressionantes, que a transmissão do poder se efectuava sem hiatos e o defunto, fechado num túmulo junto dos seus antepassados, permanecia na proximidade dos vivos para os proteger e guiar.

É ainda este autor que, ao debruçar-se sobre «O imaginário do além-túmulo nos *exempla* peninsulares da Idade Média» - exemplos esses copiados das antologias do Norte da Europa mas influenciados pela tradição sapiencial mediterrânica - descobre serem muito numerosas, entre nós, as narrativas sobre almas em trânsito, ou seja, aquelas que, segundo antigas crenças, erravam, atormentadas, por não

terem conseguido a sua integração junto dos antepassados. Em contrapartida, rareiam as de *revenants* (almas do outro mundo, já julgadas, que regressam à terra para ajudarem a conversão dos vivos à verdadeira doutrina), particularmente abundantes em França ou na Inglaterra. Isto, segundo ele, demonstra o fraco acolhimento feito, na Hispânia, aos ensinamentos clericais sobre o julgamento individual após a morte.

As crenças subjacentes a estas narrativas, patentes igualmente na obra de Clemente Sánchez de Vercial - estudada em «A utilização dos *Diálogos* de Gregório Magno pelo *Libro de los Exemplos*» -, levam-no a concluir, acerca da doutrina cristã sobre os mortos elaborada ao longo da Idade Média, que, na Península, «É provável que ela só tivesse sido verdadeiramente assimilada depois da difusão dos catecismos posteriores ao Concílio de Trento. Até lá mantém-se provavelmente uma certa flutuação doutrinal, uma consciência pouco clara das contradições entre as crenças tradicionais baseadas no princípio do estado intermediário da alma durante a sua viagem até ao mundo dos antepassados e a doutrina do julgamento particular imediatamente depois da morte para decidir de uma vez para sempre o seu destino eterno.» (*ob. cit.*, p. 238).

Esta colectânea mostra-nos, pois, as virtualidades de um estudo conduzido na longa duração e com o recurso, se não a especialistas de diversas áreas (todos são historiadores, embora dois se dediquem mais especificamente à arqueologia) pelo menos a fontes muito diversificadas, nomeadamente a algumas que costumam ser objecto de questionamento no âmbito da arte e da literatura. Seria, sem dúvida, de estender esta experiência a outras temáticas da história das mentalidades, cuja abordagem, pela sua delicadeza, tem sido tão negligenciada em Portugal.

Ana Maria S. A. Rodrigues

SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e - *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade beneditina no século XIII*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995. 373 p.

Costumeiros são «(...) tratados e obras, em geral anónimos, que descrevem cerimónias e ritos dos mosteiros beneditinos e de outras ordens antigas ou congregações religiosas modernas.» (*ob. cit.*, p. 67). Embora sejam conhecidos costumes próprios de diferentes mosteiros desde o século VII, a redacção dos grandes costumeiros que chegaram aos nossos dias data apenas dos sécs. X e XI. Apesar da abundância destes códices em países como a Itália, a França, a Alemanha ou a Inglaterra, em Portugal apenas se conhece um costumeiro medieval beneditino: precisamente o do mosteiro de Pombeiro, que agora se torna acessível a um público mais vasto.

Com efeito, a segunda parte desta dissertação de Mestrado, ocupando as páginas 179 a 331, consiste na transcrição paleográfica do referido códice, segundo normas que se especificaram no último capítulo da primeira parte (dedicado, também, à sua descrição codicológica). É seguida de um índice dos capítulos e de um